



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2020/CEL/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0010.410906/2019-38/DETRAN-RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de **serviços técnicos de publicidade**, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito da informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, para atender o Departamento de Trânsito de Rondônia- DETRAN-RO.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira, designada por meio da **Portaria Nº 12/GAB/SUPEL/RO publicada no DOE do dia 28/01/2022**, em atenção **AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA**, interpôs recurso administrativo, conforme consta nos autos Id. Sei! 0027463734. Assim, à luz do Artigo 109,I, da Lei nº 8.666/1993, a CEL recebe e conhece o recurso interposto, por **reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo considerado **TEMPESTIVO** e encaminhado **POR MEIO ADEQUADO**.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA** que requer a desclassificação da empresa **PEN6 LTDA** por descumprimento as previsões editalísticas pelas seguintes razões:

Em síntese, a Recorrente alega em sua peça recursal que a recorrida não apresentou a declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes, como exigido pelo §2º do art. 32 da Lei de nº 8.666/93.

III – DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO

Em síntese, a empresa **PEN6 LTDA** apresentou contrarrazões ao recurso apresentado pela recorrente, se manifestando nos seguintes termos:

“...Primeiro, o Edital não exigiu a Declaração de Fato Superveniente Impeditivo. Segundo, A Declaração só é exigível quando a licitante opta pelo CRC, e no caso, a PEN6 não utilizou o CRC. Terceiro, como a PEN6 não apresentou o CRC, portanto não há razão pra sequer se cogitar nessa declaração de fato superveniente. Quarto, a declaração de fato superveniente impeditivo só é exigível se a licitante tiver conhecimento de tais fatos. Não é o caso, porque a PEN6 não reconhece a existência de fato superveniente impeditivo e portanto, não está obrigada a declarar, conforme já mencionado e conforme consta do §2º, do art. 32, da Lei 8.666/93...”

A licitante pugna ao final pelo não provimento ao recurso apresentado pela recorrente.

IV – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO – DA CLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

A recorrente requer a desclassificação da licitante **PEN6 LTDA** pelo fato de descumprimento com o que determina o §2º do art. 32 da Lei de nº8.666/93, quando da não apresentação da declaração de inexistência de fato superveniente na fase de habilitação.

Para melhor evidência dos fatos procederemos a transcrição dos §§2º e 3º do art. 32 da Lei nº8.666/93:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei no 8.883, de 1994)

§2º O certificado de registro cadastral a que se refere o §1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação. (Redação dada pela Lei no 9.648, de 1998)

§ 3º A documentação referida neste artigo poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.

(grifo nosso)

Verifica-se da leitura do normativo acima que a obrigatoriedade de apresentação da referida declaração se dá apenas nos casos em que as licitantes se valem do certificado de registro cadastral para a apresentação dos documentos de habilitação.

Nesse sentido, considerando que a recorrida não se valeu do referido certificado, tendo apresentado todos os documentos exigidos pelo edital na fase de habilitação, não há que se falar em descumprimento ao §2º do art. 32 da Lei no 8666/93.

Ademais, a declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes não foi prevista como exigência no Edital em questão. Deste modo, não há qualquer descumprimento ao instrumento convocatório, não sendo dada razão a recorrente.

Assim, resta claro que os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Destarte, apesar de toda a argumentação apresentada e o inconformismo da Recorrente, razão alguma lhe assiste.

V - DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a comissão, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **IMPROCEDENTE**, **sustentando sua decisão exarada na Ata de Realização da Concorrência Pública nº 002/2020 do dia 11/03/2022, que CLASSIFICOU a empresa PEN6 LTDA.**

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 06 de abril de 2022.

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Presidente - CEL/SUPEL

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO

Membro - CEL/SUPEL

LUCIANA PEREIRA DE SOUSA

Membro - CEL/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza, Membro**, em 07/04/2022, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Presidente**, em 07/04/2022, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Membro**, em 07/04/2022, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0027909428** e o código CRC **5CBD892C**.